

Contribuições da Fundação Ford à formação e consolidação de campos científicos no Brasil

Ford Foundation and the encouragement of scientific fields in Brazil

Ednéia Silva Santos Rocha

Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Bibliotecária na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FDRP/USP.

E-mail: edneia@usp.br

Resumo

A Fundação Ford se destaca o cenário da cooperação internacional, pois a partir do final da Segunda Guerra Mundial assumiu uma posição de liderança em relação a outras agências de fomento, devido ao volume substancial de recursos a ela destinados, o que lhe permite atuar em várias partes do mundo, fomentando ações para produção e divulgação do conhecimento. Assim, o objetivo deste artigo é examinar as contribuições da Fundação Ford na formação e consolidação de campos científicos no Brasil. Para analisar como o apoio institucional e financeiro da Fundação foi relevante para alguns campos científicos, recolheu-se um conjunto de dados que permitiu avaliar e conhecer os impactos do fomento nas comunidades científicas. Inicialmente, procedeu-se a coleta dos dados empíricos com uma pesquisa bibliográfica, por meio de consultas a catálogos de bibliotecas e base de dados nacionais e internacionais. A partir daí, foram coletados e organizados os dados a partir de fontes primárias, como os relatórios anuais da Fundação, e fontes secundárias, como a base de dados de doações *Grants Database*. A conclusão a que se chegou foi que o financiamento da FF desempenhou um papel fundamental na construção e apoio aos campos científicos, pois fomentou associações profissionais, institutos de pesquisa, universidades e ONGs, contribuindo para consolidação de redes de colaboração científica entre acadêmicos, fundações, políticos, administradores e agências internacionais, exercendo influência intelectual e definindo agendas de pesquisa importantes para o desenvolvimento científico brasileiro.

Palavras-chave: Cooperação internacional. Fomento. Filantropia Científica.

Abstract

In the scenario of international cooperation the Ford Foundation stands out, as from the end of World War II, took a leading position in relation to other development agencies, it has a substantial amount of resources, which allows it to act in around the world promoting actions for the production and dissemination of knowledge. The objective of the paper is to examine the contributions of the Ford Foundation in the creation or consolidation of scientific fields in Brazil. To analyze how the institutional and financial support of the foundation was relevant to some scientific fields, collected a set of data that allowed us to assess and meet the development impacts of the scientific communities. For the collection of empirical data proceeded initially a literature search, through consultation with the library catalogs and base of national and international data. From there, it is collected and organized data from primary sources such as annual reports of the foundation and secondary sources as donations database *Grants Database*. We conclude that there is no evidence to say that funding from the Ford Foundation was or is essential to scientific development in Brazil, but somehow she played a key role in building and supporting researchers communities.

Keywords: International Cooperation. Promotion. Scientific Philanthropy.

Introdução

As fundações privadas assumiram papel de destaque como agentes de políticas científicas e sociais, não apenas pelo enorme volume de recursos disponíveis, mas principalmente pelo modo como se inserem na gestão de tais políticas. Elas atuam desde o atendimento de necessidades básicas como saúde e educação, até outros campos como cultura e esporte (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JUNIOR, 2007; PERRET; JUNQUEIRA, 2011).

Desde a década de 1950, o Brasil é um dos principais países que recebem recursos financeiros de fundações internacionais. No entanto, uma pesquisa financiada em 2010 pelo Instituto Fonte indicou que houve uma redução de quase 50% nos recursos destinados ao Brasil, sendo que cerca de 15% das entidades que participaram da pesquisa informaram que sairão do Brasil até 2015 (VARGAS; FERREIRA, 2010). Armani (2010) ainda afirma que cooperação realizada pelas fundações americanas foi de US\$ 9 bilhões de dólares em 2009, sendo que a América Latina recebeu cerca de 7,4% desse montante. No que se refere às doações dessas fundações, o número de donatários diminuiu, mas o valor das doações aumentou. Este fato nos leva a deduzir que cada vez mais os recursos da cooperação internacional se concentram em instituições estratégicas. As duas fundações que mais cooperaram com instituições brasileiras, entre os anos de 2003 e 2009, foram a Fundação Kellogg, com US\$ 108 milhões de dólares e a Fundação Ford (FF), com US\$ 56 milhões de dólares.

Apesar da diminuição dos recursos ou até mesmo a retirada completa dos investimentos, como é o caso das fundações Rockefeller e Kellogg, que tinham uma tradição de cooperação internacional com instituições brasileiras, a FF se mantém ativa no país. Essa Fundação afirma que apoia esforços para modificar positivamente os principais sistemas e instituições que perpetuam a desigualdade, a discriminação e a exclusão, visando a fortalecer a democracia e a criar uma justiça social mais ampla, na qual os grupos vulneráveis de todo o país terão oportunidade de ter acesso a serviços públicos e de proteger seus direitos (FORD FOUNDATION, 2014).

Nesse contexto, busca-se neste artigo examinar a contribuição da FF na formação ou consolidação de campos científicos através do apoio a pesquisadores. Assim, a coleta dos dados empíricos procedeu-se inicialmente a uma pesquisa bibliográfica por meio de consultas a catálogos de bibliotecas e base de dados nacionais e internacionais sobre a atuação da FF. A partir daí, foram

coletados e organizados os dados a partir de fontes primárias, como os relatórios anuais da Fundação, e fontes secundárias, como a base de dados de doações *Grants Database*. Buscou-se identificar tendências e comparar as variáveis, analisando-se comparativamente as informações dos relatórios e as informações disponíveis no banco de *grants* para a elaboração de dados que indicassem como o apoio da FF foi relevante aos pesquisadores no Brasil.

Atuação da Fundação Ford no Brasil

A FF atua no Brasil desde 1962, e nos primeiros anos de sua atuação desempenhou um importante papel na carreira acadêmica de pesquisadores ameaçados pelo regime militar, pois forneceu bolsas individuais, principalmente aos acadêmicos, como Fernando Henrique Cardoso e aos pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)¹, que migraram para os EUA, para o Chile ou para a França. Também financiou universidades e centros de pesquisa nas áreas de saúde, educação e ciências sociais.

Miceli (1990) ressalta que os créditos concedidos pela FF viabilizaram uma infraestrutura mais diversificada em universidades e institutos de pesquisa, pois financiou bibliotecas, equipamentos e pessoas, proporcionando especialmente uma moldura institucional mais independente dos núcleos decisórios tradicionais, ou seja, as instituições que foram financiadas pela fundação tornaram-se mais autônomas em relação às oscilações políticas no interior das universidades e de seus dirigentes, em especial os reitores. A FF possibilitou a constituição de uma comunidade científica de cientistas sociais, pois viabilizou alternativas de construção institucional através de transformações do sistema brasileiro de produção científica.

¹ A criação de um novo centro de pesquisas (CEBRAP), com o financiamento da FF, permitiu aos pesquisadores e professores em ciências sociais, expulsos das instituições universitárias, prosseguirem as atividades de pesquisa sem abandonar o país. Como demonstram Yves Dezalay e Bryan Garth (2000), uma parcela da elite dominante dos Estados Unidos apoiou materialmente alguns adversários dos militares, em particular cientistas, com receio de que a adesão à luta armada fosse ainda mais ampla. O apoio da FF contribuiu para pôr em evidência os trabalhos ligados à pesquisa e ao ensino de ciências sociais, com a criação em escala inédita de institutos como o CEBRAP, o CEDEC e o IDESP. No Rio de Janeiro, o apoio da FF tornou possível a criação dos programas de pós-graduação em Ciência Política no IUPERJ e em Antropologia Social no Museu Nacional. A diversificação das disciplinas, definindo novas modalidades de investigação empírica e a integração de pesquisadores a redes internacionais, deu alento às práticas de reconversão por parte de jovens estudantes e intelectuais que ficariam condenados ao silêncio. O CEBRAP, sob a direção de Fernando Henrique, impôs-se então como polo dominante na condução dos debates científicos em escala nacional (GARCIA JR., 2004).

Em outras palavras, as iniciativas e políticas empreendidas pela FF no Brasil contribuíram para cristalizar o estado em que hoje se encontra o campo intelectual interno com todas as divisões e clivagens institucionais que dão um sentido à hierarquia vigente de legitimidade e "excelência" na área de ciências sociais. Talvez a Ford tenha sido uma das mais eficientes alavancas de modernização das ciências sociais, assumindo praticamente sozinha o ônus de financiar o impulso inicial para o treinamento acadêmico de uma geração inteira de cientistas sociais e bancando a arrancada dos gastos com a montagem de uma nova geometria institucional. (MICELI, 1990, p. 20).

Sendo assim, os primeiros anos de atuação da FF foram marcados pela preocupação em estimular a modernização socioeconômica, explicando as prioridades conferidas aos problemas educacionais, aos recursos humanos e às dificuldades associadas ao mercado e à indústria. Inaugurava-se, desse modo, uma tradição que se tornaria a marca distintiva de sua trajetória institucional: o entendimento de que a luta em prol do desenvolvimento socioeconômico constitui um pré-requisito para a expansão dos direitos sociais fundamentais e da plena cidadania.

Os interesses da FF e outras agências norte-americanas, públicas ou privadas, estavam vinculados a uma política de hegemonia cultural na América Latina, propósitos que se intensificaram claramente depois da Revolução Cubana. Os investimentos possibilitaram a abertura de canais de intercâmbio acadêmico-intelectual, através dos quais os modelos teóricos da ciência social anglo-saxã penetraram em um campo intelectual até então dominado por padrões europeus:

Mas, pode-se dizer que a FF exerceu uma espécie de "imperialismo cultural ilustrado", bastante pluralista, que admitiu e abriu espaços para lideranças intelectuais latino-americanas dos mais variados matizes político-ideológicos. Muitos intelectuais brasileiros punidos pela Revolução de 1964 e em especial, várias lideranças intelectuais da emergente Ciência Política Nacional, como Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos, Bolivar Lamounier, Simon Schwartzman e muitos outros, encontraram abrigo no seio de instituições patrocinadas pela FF. (FORJAZ, 1997, p. 3).

Miceli (1995) observa que no clima político acirrado pela "Guerra Fria", no início da década de 1960, o anticomunismo foi uma das motivações centrais da decisão da FF de estender suas atividades aos países latino-americanos e africanos. A manutenção de governos democráticos, a colaboração com os esforços da Aliança para o Processo² e a resistência à expansão comunista figuravam entre as preocupações dos integrantes do comitê dirigente da FF na época.

Entretanto, a concretização dessas metas genéricas tinha que passar por dilemas conceptivos, em especial a posição bastante peculiar de uma fundação privada instada a operar

² Foi um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina, ao mesmo tempo que visava frear o avanço do socialismo nesse continente.

numa direção doutrinária idêntica à da política externa norte-americana, mas, ao mesmo tempo, orientada por objetivos de política cultural, como a expansão da capacidade institucional do sistema de produção intelectual, científica e acadêmica dos países atendidos.

De acordo com Forjaz (1997), a atuação da FF foi fator fundamental na implantação de uma ciência política de orientação norte-americana, pois propiciou bolsas de estudo para os centros de excelência nos EUA ou promoveu a vinda de professores americanos ao Brasil. Ou seja, fazia parte da estratégia política da FF e de outras organizações americanas na América Latina, influenciar a formação de novas elites intelectuais permeáveis aos padrões da produção acadêmica norte-americana, de modo que pudessem influenciar o *policy-making* no Brasil.

Nesse cenário, a FF apoiou a formação de pesquisadores e docentes em tempo integral, através da concessão de bolsas de estudo nos EUA. Investiu na modernização de bibliotecas e laboratórios, disponibilizando recursos para investimento em infraestrutura institucional necessária para pesquisas, principalmente em economia atrelada aos processos de expansão industrial e agrícola no Brasil. A seguir aborda-se acerca das contribuições da FF para a formação de campos científicos brasileiros.

Incentivo à formação de campos científicos no Brasil

Ao se pensar a ciência como construção social e como uma das diversas manifestações para a construção do conhecimento, podemos considerá-la como um campo. O campo científico é “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, ou difundem [...] a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20). Cabe ressaltar que esse campo é regido por leis próprias e os agentes e instituições se relacionam com outros campos sociais (sofrendo pressões externas). Assim, pode-se afirmar que a autonomia do campo científico se dá de maneira relativa. Para Bourdieu (2004), a construção do conhecimento científico acontece por meio de um diálogo contínuo entre fatores externos (fatos históricos, econômicos e sociais) juntamente com as leis internas inerentes ao campo científico.

De acordo com Santos (2012, *on-line*) “convém entender que: quanto mais autônomo for um campo, menor será a influência de ordem exógena; quanto mais consolidadas forem suas leis, suas normas e padrões, menor será sua heteronomia”³. Eis a dinâmica interna na qual o campo científico e seus subcampos são conformados por seus agentes e suas ações: os agentes sociais de um campo “criam o espaço [...], e o espaço só existe (de alguma maneira) pelos agentes e pelas relações objetivas entre os agentes que aí se encontram” (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Entende-se aqui como agente a atuação da FF e como suas ações influenciaram na consolidação de campos científicos, pois nesse espaço de desenvolvimento da ciência e tecnologia, a distribuição do poder entre dominantes e dominados se dá pela detenção do capital acadêmico, posse de títulos de boas universidades, trajetória de formação no exterior e, sobretudo, pelo prestígio acadêmico e notoriedade intelectual e capital político. “[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe

³ Heteronomia é um conceito criado por Kant para justificar as leis que recebemos. Heteronomia é o contrário de autonomia, e é quando um indivíduo se sujeita à vontade de terceiros ou de uma coletividade. É um conceito básico do Estado de Direito, em que todos devem se submeter à vontade da lei. Heteronomia é uma palavra de origem grega. A consciência moral evolui da heteronomia para a autonomia, ou seja, começamos a interiorizar as normas e as obedecemos seja por medo ou receio do castigo. Esta situação evolui para um estágio a qual nem todos os indivíduos chegam, que é quando nos autodeterminamos em função de princípios e valores morais justificados de forma racional. A heteronomia significa que a sujeição às normas jurídicas não depende do livre arbítrio de quem ela está sujeito, é uma imposição exterior que decorre da sua natureza obrigatória. Uma frase onde a palavra é empregada: “Dizemos, então, que o Direito é heterônomo, visto ser posto por terceiros aquilo que juridicamente somos obrigados a cumprir.” Disponível em: <<http://www.significados.com.br/heteronomia/>>

estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p. 7-8). Desse modo, o capital científico seria uma condição particular do capital simbólico “(o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Wormser (1993) destaca que o financiamento da pesquisa científica sempre esteve no centro das preocupações das comunidades científicas, pois sem fomento não se pode fazer pesquisas. David N. Rowe, em seu testemunho à comissão Reece⁴ sobre a influência das fundações nas instituições educacionais, ressalta a necessidade de se notar que o avanço, a promoção e a sobrevivência no campo acadêmico dependem da pesquisa, dos seus resultados e de sua publicação. No entanto, organizações como a FF podem contribuir para “perpetuar e legitimar, por meio de regras, normas e instituições, dominação, assimetrias e hierarquias no sistema internacional” (MILANI; LOUREIRO, 2013, p. 237), já que é ela que estabelece os parâmetros para concessão de financiamento.

Quando as fundações decidem direcionar seus recursos para determinada área, podem identificar membros cruciais de um campo científico para formular estratégias sobre as organizações e as práticas que pretendem implantar ou legitimar, fornecendo recursos para as organizações que acreditam serem exemplares em um campo particular e, em seguida, adotam e depois modelam tais organizações (KHURANA; KIMURA; FOURCADE, 2011).

Nas primeiras décadas de atuação da FF na América Latina, ela direcionou seus esforços à concessão bolsas de estudos aos latino-americanos para formação universitária nos EUA e fez doações a instituições de pesquisa. Oferecia professores, consultores americanos e treinamentos nos países receptores, de modo a colaborar na formação de comunidades científicas estruturadas (MICELI, 1995). No Brasil, aproveitou a “capacidade operacional já instalada” (MICELI, 1995, p. 362), grupos prestigiados, instituições de excelência, em detrimento de projetos comunitários, o que provocou uma corrida à excelência por parte de outras instituições e disseminou os seus próprios critérios de eficácia institucional (ADOUE, 2005).

A FF escolheu cientistas sociais brasileiros por acreditar que esses profissionais contribuiriam para a exploração e clarificação das dimensões política e social do desenvolvimento

⁴ Foi um Comitê do Congresso Americano para Investigar as Fundações Isentas de Impostos na década de 1950.

do país. Ao mesmo tempo em que se repeliam as principais referências nacionais da sociologia da época, a dianteira científica se abriu para influências acadêmicas das ciências sociais norte-americanas. Tais influências foram tomadas como parte de um quadro mais amplo de relações de trocas acadêmicas entre nações, nas quais a ação da FF teve papel decisivo.

O empenho para a exportação de um padrão de organização do trabalho intelectual adquiriu sentido na esfera internacional por um projeto mais abrangente de hegemonia cultural dos EUA para a América Latina, cujas ambições iniciais se integraram às tensões ligadas ao contexto da Guerra Fria, sendo mais agravadas após a eclosão da Revolução Cubana em 1959. Como uma espécie de ação profilática contra a dispersão de uma suposta influência do comunismo na região, a atuação da fundação colocou em prática as diretrizes determinadas pela política externa do governo norte-americano, que adquiriu aparência com o lançamento da campanha “Aliança para o Progresso”, elaborada sob a presidência de John Kennedy. A opinião dos desenvolvimentistas constituiu o eixo articulador dessa política de “assistência” às chamadas nações subdesenvolvidas (KEINERT; SILVA, 2010).

O objetivo principal do estabelecimento da FF no Brasil era conceder recursos para promover o desenvolvimento, por meio de apoio a programas voltados ao ensino superior. Em 1962, “desenvolvimento” era entendido sob viés econômico, infraestrutural e científico, e mensurado a partir do aumento da renda *per capita*. Por isso, as bolsas apoiaram cursos de pós-graduação em ciências, engenharia, administração pública e economia, áreas “seguras” para uma fundação recém-chegada. De acordo com Bell (2012)⁵, sua essência era tecnocrática e apolítica, doações para universidades e instituições como CNPq, Capes e FGV provaram a importância da fundação para o país. No entanto, com a democratização houve mudanças nas prioridades. No início, eram privilegiadas áreas como produção agrícola e controle populacional; nos anos 1970, migraram-se recursos para órgãos de pesquisa e, mais recentemente, para ONGs.

Na visão de longo prazo de Forjaz (1997), os quadros intelectuais, direta ou indiretamente, beneficiados pelos financiamentos, e que não participavam das instâncias do poder político, terminaram guindados a cargos governamentais, adquirindo, em circunstâncias particulares, uma

⁵ Peter Bell foi representante da FF no Brasil de 1964 a 1969; subsecretário do Departamento de Saúde, Educação e Bem-Estar dos EUA; presidente da Inter-American Foundation; membro sênior do Carnegie Endowment for International Peace; presidente da ONG CARE; cofundador do Diálogo Interamericano e membro do conselho da Human Rights Watch. Atualmente, é pesquisador sênior no Hauser Center for Nonprofit Organizations da Harvard University. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/centers/hauser/people/research-fellows/peter-bell>>. Acesso em: 03 maio 2015.

participação maior no “campo do poder”. Adoue (2005) observa que o prestígio social desses donatários no “campo acadêmico” e, dentro deste, no “campo das Ciências Sociais”, proporcionou a esse grupo maior estabilidade e brilho num chamado círculo “virtuoso”, ou seja, aquele que ocorre quando um indivíduo carrega seu prestígio, como se fosse um capital “circulante”, de um campo para o outro.

Nos anos 1980, os objetivos da FF foram concentrados:

[...] numa política de pesquisa temática [que] passa a competir em pé de igualdade com os objetivos tradicionais de ‘construção institucionais’ e de montagem de comunidades científicas através de associações nacionais [...] tais iniciativas revelam um empenho em identificar nichos estratégicos para investimento onde se pudessem concentrar recursos capazes de alavancar uma área de estudos, pesquisas e treinamento que constituísse, ao mesmo tempo, uma frente de militância e de intervenção tecnicamente competentes nos domínios adequados de política pública. Em outras palavras, essas áreas de ciência social aplicada propiciam a conciliação entre metas ‘instrumentais e ‘objetivos acadêmicos’, ampliando a própria margem de influência exercida pela FF. (MICELI, 1995, p. 381-382).

Visivelmente confiando em quadros intelectuais já constituídos, robustecendo os grupos com atuação bem-conceituada na universidade e institutos de pesquisa e, ao mesmo tempo, fixando seus próprios critérios de avaliação e concessão⁶, a FF atuou como “estrutura estruturada e estruturante” bem-sucedida. Obteve êxito na imposição de sua própria matriz não apenas aos grupos e instituições, mas a todo o campo acadêmico (pela propaganda desses critérios de excelência sustentada pelas instituições e pelos bolsistas clientes perante o conjunto do “campo” universitário). É nesse sentido que a FF foi eficiente e foi por meio dessa estratégia que ela interveio na constituição do campo (ADOUE, 2005).

A atuação de algumas agências de cooperação internacional recebia críticas por desenvolver ações intervencionistas e centralizadoras, fato que as fizeram repensar o modo de trabalho, de análise das propostas e em relação ao envolvimento com os pesquisadores dos países receptores: “As razões para esta mudança obviamente não advêm apenas das críticas, mas do fato da divisão de trabalho e de poder no mundo também ter mudado” (COSTA, 2004, p. 2). O mesmo aconteceu com a FF, que teve que aprimorar sua atuação no país.

⁶ No entanto, conforme destacado por Schwartzman (2001), na consolidação da Universidade de Brasília seus dirigentes tomam uma importante decisão no campo da política científica, na qual a FF foi proibida de continuar operando com a ciência brasileira do modo como ela vinha fazendo. No âmbito daquela instituição, eles proibiram a FF ou qualquer outra organização de lidar diretamente com os professores. Todo e qualquer apoio financeiro teria de ser tratado diretamente com a reitoria da universidade (SCHWARTZMAN, [2001], p. 13).

Em relação ao processo de construção da ciência política no Brasil como um campo científico autônomo, ressalta-se que:

O estilo de trabalho introduzido pelos cientistas políticos relacionava-se com as iniciativas de difusão de um novo ideal de profissionalismo que foi moldado a partir da confluência entre dois fatores: os influxos da FF e a criação de um sistema nacional de pós-graduação, previsto pela reforma universitária, de 1968, como parte do projeto concebido pelo regime militar de “modernização” do sistema universitário e científico. (KEINERT; SILVA, 2010, p. 84).

Assim, observa-se que houve influências da FF na constituição da ciência social no país. Como se vê, uma avaliação similar é atestada por Laura da Veiga acerca da “nova” ciência trazida para o país, para quem a complementação acadêmica de muitos brasileiros em cursos de pós-graduação, era realizada em centros de excelência em ciência política nos EUA (sobretudo em doutorados), e mesmo a vinda de professores desses centros para a academia brasileira foi decisiva (MOREIRA, 2012). Também segundo Reis (1993), tratava-se de consolidar um novo *ethos*⁷ de pesquisa, segundo o qual a pesquisa metódica e sistemática, de forte viés empiricista, tornava-se rotina para o cientista social brasileiro, rompendo, assim, com nossa tradição “ensaística”.

O mesmo afirma Sérgio Miceli, comentando o decisivo apoio dado à ciência política brasileira pela FF, que visava a

[...] incentivar a construção institucional de programas de pós-graduação e de centros de pesquisa, dentro e fora das universidades; financiar o treinamento no exterior de cientistas competentes e futuras lideranças profissionais; subsidiar a introdução de disciplinas até então ausentes do mercado intelectual interno, mormente Economia, Demografia e Ciência Política; incentivar a adoção de uma nova divisão do trabalho científico com assimilação de novas técnicas como a do *survey*, com a formulação e execução de projetos de envergadura, com a incorporação de técnicas e métodos quantitativos; bancar o

⁷ Uma das teses de Merton é que a investigação científica tem particularidades que a distingue das demais atividades humanas e estas podem ser de dois tipos: internas e institucionais. Na primeira estão incluídas a coerência lógica e a confirmação empírica, enquanto as características institucionais da ciência derivam das primeiras e se resumem no *ethos* da ciência. Merton (1973) propõe sua visão da comunidade científica como um grupo social diferenciável por uma série de normas não escritas, o chamado *ethos* científico, caracterizado por quatro imperativos institucionais: a) comunalismo - disseminação acessível e pública dos resultados aos demais cientistas e a sociedade. O conhecimento proporcionado pelo trabalho científico é patrimônio comum da humanidade e não propriedade privada de um indivíduo. b) universalismo - não exclusão por nenhum critério exterior a ciência. Os trabalhos científicos devem seguir padrões universais de avaliação. Nesta norma, critérios sociais como raça, religião, gênero, são considerados irrelevantes. c) desinteresse - O único objetivo a curto prazo do trabalho científico é a ampliação do conhecimento humano. Esta norma refere-se à prioridade atribuída ao progresso do conhecimento científico em detrimento de quaisquer outros de natureza pessoal. d) ceticismo organizado - que serve de base a polêmicas científicas e à avaliação crítica de cientistas. O cientista deve ser privado de qualquer forma de preconceito e de conclusões precipitadas sobre seus trabalhos. Estes quatro princípios garantiriam o que ele chamou de “boa ciência”, aquela que é aprovada pela sociedade, é neutra e livre para continuar progredindo. A ciência estaria acima de conflitos sociais e a serviço da sociedade. Merton, ao identificar uma comunidade científica regida por valores próprios é, muitas vezes, considerado um internalista, voltado para os acontecimentos internos no mundo científico .

desenvolvimento de uma cultura acadêmica científica lastreada em padrões internacionais de desempenho e ancorada numa profissionalização das atividades e carreiras intelectuais; em suma, estimular a criação de uma verdadeira comunidade profissional fundada em padrões críticos e competitivos. (MICELI, 1993, p. 60).

A contribuição da FF, financiando indivíduos e novas organizações, acabou propiciando um novo reagrupamento nas Ciências Sociais no Brasil:

Esses pioneiros não apenas estavam mais familiarizados com o debate acadêmico, científico e público sobre as tarefas exigidas de uma sociedade em desenvolvimento capitalista, como também revelavam uma espécie de consenso sobre como empreendê-las. Estavam lançados, portanto, os alicerces para a constituição de uma rede entre a Fundação e os pesquisadores brasileiros. Nesse período, destacam-se as doações para o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). (ADORNO; CARDIA, 2002, p. 226).

Um estudo feito por antigos representantes da FF afirmava que a ajuda às universidades pode ser uma das formas mais eficientes pelas quais as organizações de cooperação internacional podem contribuir para o desenvolvimento de países menos privilegiados economicamente (CASE; BUNNELL, 1970, p. 112⁸ apud SCHWARTZMAN, 2008, p. 76).

No entanto, como mostra Salomon, não existe uma relação claramente definível entre ciência e desenvolvimento econômico; mas, mesmo que essa relação existisse, ainda restaria explicar quais as condições em que o desenvolvimento de pesquisa científica influenciaria positivamente o crescimento econômico. A mitologia em que a política científica está submergida não pode esconder o fato de que não existe relação necessária entre a prosperidade de um país e o tamanho de seus gastos em pesquisa (SCHWARTZMAN, 2008). Nota-se que:

Pouco a pouco, a Fundação, sob o argumento de que essas obrigações caberiam agora aos órgãos oficiais (estatais) de financiamento à pesquisa e à pós-graduação, começou a retirar-se do campo mais propriamente acadêmico. No entanto, já nessa fase surgiram as primeiras iniciativas de investimentos em pesquisa aplicada e em projetos de intervenção. Na terceira fase, considera-se que as tarefas de constituição da comunidade de cientistas sociais haviam sido cumpridas. A partir desse momento, passou a investir no fortalecimento na organização e da capacidade de mobilização da sociedade civil, para o que se preocupa não apenas em financiar a criação de infraestrutura adequada, por exemplo, à constituição de grupos de estudos e de intervenção, mas sobretudo a criação de organizações não-governamentais. Nessa época, muda o enfoque na formação: em vez de promover a formação de pesquisadores (e, em decorrência, o processo de reprodução e expansão dos recursos de pesquisa), o interesse concentrou-se na capacitação de gestão das ONGs, formando pessoal capaz de formular demandas sociais e traduzi-las em políticas públicas e desenvolver estratégias para implantá-las dentro da sociedade civil a fim de influenciar os processos decisórios. Na quarta fase, essa tendência acentuou-se,

⁸ CASE, H. L.; BUNNELL, R. A. **The University of the Philippines, external assistance and development.** Michigan: Michigan State University, 1970. p. 112.

acrescida da preocupação de intervir na formação de futuros gestores públicos. (ADORNO; CARDIA, 2002, p. 227).

Essa tendência por uma readequação no estilo de atuação da FF para projetos mais aplicados e de intervenção, reduziu o apoio as Universidades, pois se notou uma consolidação da comunidade científica na área das ciências sociais.

Enquanto alguns têm alertado contra a pesada dependência de fundações de cooperação internacional para melhorar as condições sociais e o desenvolvimento de comunidades científicas, observando que os recursos filantrópicos nunca serão suficientes para compensar subfinanciamento do governo (BORIS; STEUERLE, 1999) ou de serem capazes de distribuir adequadamente os recursos para áreas com maior necessidade (DIAZ, 2002; SALAMON, 1992; WOLPERT, 1993); poucos têm questionado a suposição básica que a filantropia em si é, inquestionavelmente, uma coisa boa. O resultado é que o significado social da filantropia deixou de ser uma questão política.

Eikenberry e Nickel (2006) afirmam que devemos estar focados não na importância da existência de problemas sociais ou problemas no desenvolvimento científico, mas como as políticas que os disfarçam são entregues. Isso é problemático, porque os problemas sociais que funcionam como um impulso para filantropia – a pobreza e a marginalidade, em particular – não são apenas questões pessoais, elas são distintamente políticas (FRASER, 1989⁹; GANS, 1995¹⁰; PIVEN; CLOWARD, 1993¹¹ apud EIKENBERRY; NICKEL, 2006).

A necessidade da atuação das fundações de cooperação indica a presença de problemas sociais, mas isso não significa que os problemas sociais serão eliminados pelas fundações filantrópicas. Mesmo que ao longo de sua atuação as ações da FF se ampliaram para apoiar organizações da sociedade civil, o foco do apoio na formação de pesquisadores e fortalecimento das comunidades científicas foi essencial na consolidação do campo das ciências sociais no Brasil. Nesse sentido, demonstra-se a seguir como ocorreu esse incentivo.

⁹ FRASER, N. **Unruly practices**: power, discourse, and gender in contemporary social theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

¹⁰ GANS, H. **The war against the poor**: The underclass and antipoverty policy. New York: Basic Books, 1995.

¹¹ PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. **Regulating the poor**: The functions of public welfare. New York: Vintage Books, 1993.

Incentivo às comunidades científicas e formação de redes de pesquisadores

No final de 1970, a FF investiu US\$ 50 milhões de dólares na formação de pesquisadores e desenvolvimento de capacidades de investigação nas principais disciplinas das ciências sociais na América Latina a fim de estimular uma tradição nativa de pesquisa em ciências sociais, incentivando as redes regionais e nacionais de cientistas para o trabalho colaborativo, para facilitar a análise de estratégias de promoção do desenvolvimento (MAGAT, 1979).

De acordo com Parmar (2002), a ideia seria a criação de grupos de pesquisadores de boas universidades, escolhidos em países estratégicos, considerados importantes para a América Latina. Buscava-se a criação de "uma massa crítica de pesquisadores e professores que seriam instrumentos para o desenvolvimento nacional" (BOLLING, 1982, p. 61).

A criação de lideranças científicas para promover mudanças sociais e políticas na sociedade, causando assim a ascensão dos valores da fundação, são argumentos ressaltados por Parmar (2002, 2012), Bolling (1982), Magat (1979) e Khurana, Kimura e Fourcade (2011). Desse modo, o Quadro 1 demonstra a presença de ex-bolsistas da FF em instituições de ensino e pesquisa, em associações, em organizações públicas, em organizações internacionais e em academias de ciências. O Quadro 2 apresenta indicativos sobre a atuação de ex-bolsistas da FF em universidades brasileiras e americanas, exemplificando a circulação em universidades nacionais e centros de pesquisas, e também em áreas científicas e associações internacionais. Assim, confirma-se o argumento de que a filantropia científica é utilizada para disseminar as ideologias em espaços acadêmicos, sociais e políticos.

A presença de ex-bolsistas em instâncias importantes da sociedade pode ser um indicativo que a fundação atua estrategicamente, pois identifica potenciais líderes que fazem parte de instituições de excelência acadêmica e científica, e promovem essas lideranças através da concessão de fomento.

Quadro 1 – Presença de ex-bolsistas da FF em vários espaços sociais e políticos

Nome	Presença na Instituições de Ensino e Pesquisa	Presença em associações	Participação em organizações públicas	Participação em organizações internacionais	Presença em academias
Simon Schwartzman	Diretor do American Institutes for Research. Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Membro de comitês editoriais de revistas científicas.	Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia. Membro da International Sociological Association (ISA).	Presidente do FINEP. Presidente do IBGE.	Coordenador do projeto Educação para a América Latina e Caribe (OREALC/UNESCO). Presidente do American Institutes for Research (AIR).	Academia Brasileira de Ciências.
Bolívar Lamounier	Diretor e presidente do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Diretor do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/UNICAMP). Comitê editorial do CNPq e FINEP.	Co-fundador da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).	Membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (1985). Coordenador do programa de Estudos para revisão constitucional no Instituto de Estudos Avançados da USP (1992). Membro da Comissão Consultiva sobre a Reforma do Estado.	Presidente do conselho consultivo do Club de Madrid. Membro do Inter-American Dialogue.	Academia Paulista de Letras.
José Murilo de Carvalho	Pesquisador da Casa de Rui Barbosa. Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Foi um dos fundadores da pós-graduação em Ciência Política da UFMG e do doutorado em Ciência Política e Sociologia do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.	Membro - Conselho Diretor do Projeto Ciência Hoje da SBPC.	Membro - Conselho Consultivo da FINEP - 1995. Membro - Conselho Deliberativo do CNPq - 1996-2000. Membro - Comitê Científico do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG - 2001.	Pesquisador do <i>Institute for Advanced Study</i> de Princeton. Member - Joint Committee on Latin American Studies, Social Science Research Council - 1985-1988.	Academia Brasileira de Letras. Academia Brasileira de Ciências.

Elisa Reis	<p>Membro da Coordenação de Programas de Estudos Avançados da UFRJ (COPEA).</p> <p>Membro do Programa de Apoio à Pesquisa em Ciências Sociais do CNPq.</p> <p>Coordenadora da Área de Ciências Humanas da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do RJ, FAPERJ.</p>	Presidente da ANPOCs.	Membro - Conselho Consultivo e Deliberativo do CNPq.	<p>Membro de comitê assessor da European Research Council, Bélgica.</p> <p>Membro executivo do International Social Science Council, França.</p> <p>Conselhos, Comissões e Consultoria da International Sociological Association e da Society for the Advancement of Social Economics (SASE).</p> <p>Membro da Comparative Research on Poverty, CROP, Noruega.</p> <p>Membro do Comitê de programa do Congresso Mundial de Sociologia do International Institute of Sociology, IIS, Espanha.</p> <p>President do Committee on Sociological Theory da International Sociological Association, ISA, Espanha.</p>	Academia Brasileira de Ciências Academia de Ciências para o Mundo em Desenvolvimento (TWAS).
Vilmar Faria	Presidente do CEBRAP Prof. IUPERJ Prof. DCP/UNICAMP	Presidente da ANPOCs.	Conselheiro do Presidente da República Diretor da FUNDAP. Responsável pela elaboração da chamada "rede de proteção social do governo", que incluía o Projeto Alvorada.	Secretário do comitê do Social Science Research Council (SSRC).	

Fonte: Elaboração da autora baseado em CANÊDO (2009, p. 38) e complementado com as informações disponíveis no Currículo Lattes de cada pesquisador.

Quadro 2 – Atuação de ex-bolsistas da FF em universidades brasileiras e americanas

Nome	Circulação em universidades nacionais e centros de pesquisa	Tráfego em áreas científicas e associações internacionais
Simon Schwartzman	FGV-RJ, IUPERJ, USP, UFMG.	Pesquisador visitante do Woodrow Wilson International Center for Scholars (1978), “Tinker Professor of Latin American Studies” na Columbia University (1986), professor visitante na School of Education e Center for Studies on Higher Education, the University of California, Berkeley (1985), professor da cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileira da Stanford University (2001), e pesquisador visitante na École Pratique des Autes Études in Paris (1982/3), no Swedish Collegium for Advanced Study in the Social Sciences em Uppsala (1986), no St. Anthony’s College, Oxford (1994), e no Centre for Brazilian Studies, Oxford (2003).
Bolivar Lamounier	IUPERJ, FGV-RJ, PUC/SP, USP, CEBRAP.	UCLA
José Murilo de Carvalho	UFMG, IUPERJ, UFRJ.	Stanford; Oxford; Londres; Leiden; EHESS; Princeton.
Elisa Reis	IUPERJ, CPDOC, UERJ, UFRJ.	International Political Science Association; Columbia Univ., CUNY; Ludwig Maximilian Univ.; Massachussets Institute of Technology. Pesquisador Visitante do Programa Desigualdades da Freie Universität de Berlín, FUE, Alemanha.
Vilmar Faria	UNICAMP, USP, CEBRAP.	Harvard; Texas University; Washington University.

Fonte: Elaboração da autora baseado em CANEDO (2009, p. 38) e complementado com as informações disponíveis no Currículo Lattes de cada pesquisador.

Os Quadros 1 e 2 demonstram a presença de ex-alunos da FF em vários espaços sociais e políticos, atuando na formulação de políticas nas áreas de interesse da fundação. As estratégias de atuação levaram a FF a inserir-se no Brasil e, mais especificamente, para se concentrar um programa educacional, com foco principalmente em ciência política em Minas Gerais, em administração pública no Rio de Janeiro e em sociologia em São Paulo. Em São Paulo, o investimento da fundação envolveu o Centro de Pesquisa Sobre a Realidade Brasileira (CEBRAP), que recebeu grande parte dos intelectuais de alto nível, expulsos das universidades paulistas pela ditadura militar. O programa desenvolvido nesta instituição promoveu o compromisso político de muitos deles na década de 1980, como foi o caso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (CANÊDO, 2009).

Esse novo olhar tinha o intuito de apoiar programas de ciências sociais e políticas que poderiam impactar as políticas públicas do regime militar. A fundação elaborou redes de cooperação e lideranças científicas e políticas para o reestabelecimento de valores democráticos no Brasil. Um exemplo em que esse investimento em lideranças¹² funcionou, está relacionado ao fato de o professor Fernando Henrique Cardoso, ex-bolsista da FF, ter-se tornado Presidente do Brasil.

No início dos anos 1950, o programa da FF buscou substituir a teoria política tradicional brasileira, que contemplava principalmente estudos comparativos entre Brasil e outros países, sobre as formas de comportamento do governo. Bernard Berelson, diretor do programa naquela época, acreditava que, através dessa área prioritária, a fundação poderia influenciar a concepção e organização de um novo campo intelectual (GEMELLI; MACLEOD, 2003), o que inclui não só a disseminação de uma cultura nas ciências sociais como sendo uma cultura empírica fundamental, mas também às ciências sociais aplicadas, que serviriam para fomentar mudanças significativas no Brasil (ROSE, 2003).

Sabe-se que Fundação não fomentou instituições indiscriminadamente, mas buscou associar-se com instituições de excelência, pois para ter sucesso precisaria de fortes lideranças. Os relacionamentos da FF com seus donatários contribuíram com a formação de parcerias significativas para o desenvolvimento de áreas do conhecimento, havendo trocas recíprocas de benefícios para ambos. Canedo (2009) ressalta que os objetivos da FF produziram frutos de alta qualidade, de acordo com o investimento de ambos os lados: os bolsistas estão imbuídos

¹² Station e Welna (2002, p. 187) também ressaltam que “quatro membros do Ministério e quase toda a equipe econômica [do Governo de Fernando Henrique] foram beneficiários de doações da FF, do mesmo modo que um grande número de pessoas indicadas para o primeiro escalão do Executivo”.

de cultura liberal e legalista de universidades norte-americanas e com fortes laços que se estabeleceram lá. Eles criaram redes de ex-colegas e alunos, impondo uma nova maneira de pensar sobre ciência política brasileira. Assim, por essa rede passaram os grandes centros acadêmicos e políticos brasileiros. A escolha, pela Fundação, dos alunos em Belo Horizonte, deveu-se não apenas aos interesses das elites políticas locais para a associação, a fim de modernizar o Estado, mas também para a existência, no local, de uma formação mais próxima de métodos empíricos e virtudes cívicas norte-americanas de estudos políticos.

Recentemente, observa-se que os representantes da FF no Brasil possuem, de uma forma ou de outra, certa relação com o setor governamental. Ao se observar o currículo da Nilcéa Freire, atual representante da FF no Brasil, observa-se que antes de se atuar na fundação em 2011, a curadora foi convidada por Luiz Inácio Lula da Silva, na ocasião Presidente da República, para ser a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República Federativa do Brasil, cargo que atuou de 2004 a 2010.

Nilcéia trabalhou com temas relativos ao avanço da equidade de gênero e às políticas de melhoria das condições de vida das mulheres. Nesta posição, trabalhou para implementar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil quanto à promoção da igualdade, contribuiu para ampliar a parceria com as ONGs e governos no Brasil e em todo o mundo. Como ministra, Nilcéa também presidiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Entre 2000 e 2003, atuou na reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), supervisionando a área acadêmica e administrativa da Universidade. Também presidiu o Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (FORD FOUNDATION, 2015).

Do mesmo modo, como outras fundações, a FF buscou identificar lideranças que pudessem contribuir na gestão e no relacionamento com o governo brasileiro, o que a fez contratar como curadores indivíduos capazes de formar parcerias estratégicas, de modo a manter e aprimorar sua atuação no Brasil. Assim, a consolidação desses grupos de bons cientistas desenvolveria modelos científicos e acadêmicos de excelência no seu país, ajudando no fortalecimento das redes criadas e financiadas pela FF. Como exemplo, Parmar (2002) ressalta que, em 1978, a Ford estabeleceu dez centros de pesquisas educacionais que examinaram as necessidades educacionais da América Latina, incluindo o Centro de Estudos Educativos (CEE), no México, a Fundação Carlos Chagas, no Brasil, e o Centro de Pesquisa em Educação, na Argentina. Arnove (1980, p. 314) afirma que essas instituições promoviam o treinamento de cientistas, conferências e fóruns de discussão. De acordo com Francis Sutton,

em geral, a FF tem desempenhado um papel fundamental na formação pesquisadores latino americanos (BOLLING, 1982, p. 71).

Parmar (2002) acredita que o apoio das fundações americanas, incluindo a FF, serviu para apoiar a política externa dos EUA durante a Guerra Fria, desempenhando um papel fundamental na construção de redes de conhecimento internacionais. Através dessas redes, formadas por fundações, agências internacionais, acadêmicos, políticos e administradores, conseguiram exercer influência e definir as agendas de pesquisas das comunidades acadêmicas.

As fundações mobilizaram estrategicamente esse direcionamento, usando seus vastos recursos financeiros para determinar quais perguntas eram dignas de consideração, quais as abordagens, metodologias e paradigmas deveriam ser empregados nos projetos de pesquisa, e quais estudiosos e instituições seriam mais relevantes para receber financiamento para realizar as pesquisas.

No entanto, Fruhling (2003) em sua pesquisa junto aos donatários da FF na Região Andina e Cone Sul da América Latina, observa que esses beneficiários da fundação descrevem esse contato como regulares e francos, e que não houve intromissão da FF no desenvolvimento dos projetos, nem houve manifestações de questionamentos ideológicos da fundação ou de seus objetivos.

A FF contribuiu com a infraestrutura e configurações institucionais de várias associações profissionais, institutos de pesquisa, programas de pós-graduação, conferências e publicações a fim de divulgar resultados de pesquisa e reconhecimento das ciências sociais como uma área essencial para o desenvolvimento econômico e social do país.

Conclusões

As fundações privadas têm modificado a trajetória de programas educacionais em várias partes do mundo, através de tentativas de modernizar instituições de pesquisa, a fim de facilitar a criação de comunidades científicas e disciplinas acadêmicas, ou aperfeiçoar os direcionamentos de instituições já estabelecidas. Em um espaço de cooperação com campos científicos, as fundações exercem o poder da sugestão, de modo a influenciar as mudanças através da disponibilização de recursos tangíveis (capital) e intangíveis (prestígio).

Com sede em Nova York, a FF faz doações para várias organizações norte-americanas, e por meio dos escritórios regionais em todo o mundo, apoia programas em mais de 50 países. Ao longo dos anos, cooperaram com ações nos EUA, América Latina, África e Ásia, trazendo grande diversidade de abordagens e continuidade de propósitos de áreas prioritárias como economia, administração, gestão pública, educação superior, direitos humanos e gestão de organizações sem fins lucrativos.

No Brasil, a atuação de algumas fundações internacionais recebia críticas por desenvolver ações intervencionistas e centralizadoras, fato que as fizeram repensar o modo de trabalho, de análise das propostas e em relação ao envolvimento com os pesquisadores dos países receptores. O mesmo aconteceu com a FF, que teve que aprimorar sua atuação no país. Se nas primeiras décadas de atuação (1960-1970) os assessores da FF no Brasil eram principalmente representantes norte-americanos, após avaliações da gestão sentiram a necessidade de incorporar assessores brasileiros na gestão do escritório nacional. As mudanças também estariam relacionadas ao aumento no número de parcerias e a diversificação de instituições donatárias.

O apoio aos objetivos da política externa dos Estados Unidos e da ideologia do internacionalismo liberal, antes, durante e após a Guerra Fria, não pode legitimamente ser considerado como não político ou não ideológico, pois a atuação da FF como das demais fundações norte-americanas serviram para disseminar um conceito idealizado pelos norte-americanos sobre o que seria um país desenvolvido. Sabe-se que os recursos para desenvolvimento de projetos são cada vez mais escassos, não somente pela diversidade de áreas do conhecimento, mas também pelo fato de órgãos de fomento público priorizarem certas comunidades científicas em detrimento de outras. Nesse contexto, a FF buscou oferecer fontes

alternativas de recursos para campos científicos brasileiros, pois criou oportunidades de parceria com instituições brasileiras.

A Fundação, em seu discurso institucional, ressalta que buscou, por meio de doações para pesquisas nas áreas de humanidades, colaborar com o desenvolvimento do país. Ressalta ainda que criou e colaborou com várias universidades, instituições de pesquisa e associações de intelectuais. Entretanto, impôs aos seus donatários padrões preestabelecidos pela sede norte-americana de modo a estimular a modernização socioeconômica e sociocultural, na qual as prioridades iniciais foram conferidas a resolução de problemas educacionais e formação de recursos humanos.

O apoio financeiro em prol de uma modernização de forma conservadora, ou seja, sem grandes contestações sobre os direcionamentos das ações, constituiu um pré-requisito para a expansão das ações da fundação. Seu discurso filantrópico foi um pano de fundo para que pudesse atuar livremente no país, de modo a atenuar as tensões sociais evidenciadas pelos desníveis econômicos setoriais e regionais.

O apoio foi direcionado à infraestrutura tecnológica e bibliotecas, financiamento e capacitação de pesquisadores, programas de formação de recursos humanos e fomento a instituições de ensino e pesquisa, principalmente na área de ciências sociais. Apoiou lideranças que aplicassem seus conhecimentos nas áreas econômicas, políticas e sociais.

O financiamento da FF desempenhou um papel fundamental na construção e apoio aos campos científicos. Fomentando associações profissionais, institutos de pesquisa, universidades, ONGs, contribuiu para consolidação de redes de acadêmicos, fundações, políticos, administradores e agências internacionais, exercendo influência intelectual e definindo agendas de pesquisa importantes para o desenvolvimento brasileiro.

Referências

ADORNO, S.; CARDIA, N. Das análises sociais aos direitos humanos. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (Org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social = The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change.** São Paulo, Rio de Janeiro: EDUSP, Fundação Ford, 2002.

ADOUE, S. B. Sobre a “neutralidade ética” nas ciências sociais e a Fundação Ford, com pequena fábula de caráter ilustrativo ou talvez elucidativo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 5, n. 49, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/049/49cadoue.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

ARMANI, D. Entrevista com o sociólogo Domingos Armani. **Camp: opção pela solidariedade**, 2010. Disponível em: <<http://www.clicd3.com.br/clientes/campempauta/news/21-07-10/entrevista.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

ARNOVE, R. F. **Philanthropy and cultural imperialism: the foundations at home and abroad.** Boston: GK Hall, 1980.

BELL, P. 'Para os EUA, Brasil era campo de batalha na Guerra Fria'. [Entrevista a Felipe Werneck e Heloisa Aruth Sturm]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 set. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-os-EUA-brasil-era-campo-de-batalha-na-guerra-fria-931221,0.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

BOLLING, L. R. **Private foreign aid: US philanthropy for relief and development.** Boulder, Colorado: Westview Press, 1982.

BORGES, J. F.; MIRANDA, R.; VALADÃO JUNIOR, V. M. O Discurso das fundações corporativas: caminhos de uma ‘nova’ filantropia? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 47, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n4/v47n4a09.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BORIS, E.; STEUERLE, E. What charities cannot do. **The Christian Science Monitor**, Boston, v. 1, n. 11, Oct. 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CANÊDO, L. Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes: Le cas de la science politique. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les saviors**, Hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009. Disponível em: <<http://cres.revues.org/670>>. Acesso em: 04 out. 2013.

COSTA, M. C. Cooperação internacional, desenvolvimento e ciência na periferia. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 22, n. 2, p. 191-204, jul./dez. 2004.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. O imperialismo da virtude. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 01 maio 2000. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=244&tipo=acervo>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

DIAZ, W. For whom and for what? the contributions of the nonprofit sector. In: SALAMON, L. M. (Ed.). **The state of nonprofit America**. Washington: Brookings Institution Press, 2002. p. 517-536.

EIKENBERRY, A. M.; NICKEL, P. M. **Towards a critical social theory of philanthropy in an era of governance**. Virginia: Institute for Policy and Governance, 2006. Disponível em: <http://www.ipg.vt.edu/Papers/EikenberryNickelASPECT.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

FORD FOUNDATION. **Grant application guide**, 2014. Disponível em: <http://www.fordfoundation.org/pdfs/grants/grant-application-guide.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2014.

_____. **Regions: Brazil**. 2015. Disponível em: <http://www.fordfoundation.org/regions>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997.

FRUHLING, H. Da ditadura à democracia: leis e mudança social na região andina e no cone sul da América. In.: GOLUB, S.; MCCLYMONT, M. **Caminhos para justiça: projetos de promoção e defesa de direitos apoiados pela Fundação Ford no mundo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GARCIA JR., A. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 285-300, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000100014>.

GEMELLI, G.; MACLEOD, R. (Ed.). **American Foundations in Europe**. Brussels: Peter Lang, 2003.

KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 79-98, 2010.

KHURANA, R.; KIMURA, K.; FOURCADE, M. How foundations think: the Ford Foundation as a dominating institution in the field of american business schools. **Working Paper 11-070**, Harvard Business School, 2011. Disponível em: <http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/11-070.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2013.

MAGAT, R. **The Ford Foundation at work: philanthropic choices, methods, and styles**. New York: Plenum Press, 1979.

MERTON, R. K. **The sociology of science: theoretical and empirical investigations**. Chicago: University Press, 1973.

MICELI, S. **A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Sumaré, 1990.

_____. (Org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré, FAPESP, 1993.

_____. (Org.). A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: _____. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2.

MILANI, C. R. S.; LOUREIRO, J. C. S. Cooperação internacional e desenvolvimento: análise da atuação de agências internacionais em Duque de Caxias (Rio de Janeiro). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n2/v11n2a04.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2013.

MOREIRA, M. S. O debate teórico-metodológico na ciência política e o pensamento social e político brasileiro. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2012.

PARMAR, I. American foundations and the development of international knowledge networks. **Global Networks**, v. 2, n. 1, p.13-30, 2002.

PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p.121-138, maio 2011.

REIS, E. A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ. In: MICELI, S. (Org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1993. p. 115-129.

ROSE, K. American foundations in modern Turkey: the Rockefeller and Ford Foundation. In: GEMELLI, G.; MACLEOD, R. (Ed.). **American Foundations in Europe**. Brussels: Peter Lang, 2003. p. 73-94.

SALAMON, L. M. Social services. In: CLOTFELTER, C. T. (Ed.). **Who benefits from the nonprofit sector?** Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 134-173.

SANTOS, V. M. Uma abordagem sociológica da sociologia: a ciência como campo. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 133, p. 137-144, jun. 2012.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Modernização do pós-guerra. In.: UM ESPAÇO para a ciência: formação da comunidade científica no Brasil. [2001]. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit8.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2014.

STATION, E.; WELNA, C. J. Da administração pública à participação democrática. In: BROOKE, N.; WITOSHYNSKY, M. (Org.). **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social = The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change**. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUSP, Fundação Ford, 2002.

VARGAS, A. C. C.; FERREIRA, L. F. **Investigação sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008-2010**. São Paulo: Instituto Fonte, D3-Diálogo, Direitos e Democracia, [2010]. Disponível em: <http://www.fonte.org.br/sites/default/files/pesquisa_D3.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2014.

WOLPERT, J. Decentralization and equity in public and nonprofit sectors. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 22, p. 281-296, 1993.

WORMSER, R. A. **Foundations: their power and influence**. San Pedro: Covenant House Books, 1993.

Artigo submetido em: 05 fev. 2016

Artigo aceito em: 30 ago. 2016